

L

DA CRIAÇÃO À QUEDA DO HOMEM: UMA ANÁLISE SEMIÓTICA

FROM THE CREATION TO THE FALLING OF MANKIND

William Vinícius Machado Tristão

Especialista em Estudos Linguísticos pela Universidade de Franca (Unifran);
graduado em Letras e Direito.

Camila de Araújo Beraldo Ludovice

Doutoranda em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual
Paulista (Unesp Araraquara); mestre em Linguística; docente do curso
de Letras e coordenadora da especialização em Estudos Linguísticos e Literários
da Universidade de Franca (Unifran).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo o exame de trechos bíblicos, retirados do primeiro Livro de Moisés, à luz da teoria semiótica francesa, mais precisamente de acordo com o percurso gerativo de sentido, desdobrável em três níveis: fundamental, narrativo e discursivo. Trata-se de teoria fundada por Algirdas Julien Greimas, que busca mostrar, por meio de uma sucessão de patamares, o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz.

Palavras-chave: semiótica francesa; gênese; sentido.

ABSTRACT

The present work has the aim to examine biblical passages from the

first Book of Moses, based on French semiotics theory, more precisely according to the route of generative effect, subdivided in three levels: fundamental, narrative and discursive. This is the theory founded by Algirdas Julien Greimas, which tries to show, through a succession of steps, what the text says and how it does to say what it says.

Keywords: french semiotics; genesis, sense.

INTRODUÇÃO

Considerado um dos livros mais importantes da história, a Bíblia, livro que contém narrativas de amor, ódio, conquistas, entre outros temas, tem se tornado cada vez mais objeto de estudo de distintas áreas do saber.

A essa tendência não fogem os estudiosos da linguagem. No âmbito da literatura, *verbi gratia*, investiga-se, por meios próprios, a literariedade contida nos textos sagrados e a questão do sentido das narrativas, como é o caso de “A Bíblia como Literatura”, de José Pedro Tosaus Abadia, para citar apenas um trabalho.

O que este artigo propõe é o exame, à luz da teoria semiótica greimasiana, de trechos do primeiro Livro de Moisés (Gênesis), mais precisamente da *criação do céu e da terra e de tudo o que neles se contém até a tentação de Eva e a queda do homem*.

Não se trata, pois, de uma proposta inovadora. Já na década de 70, o “Groupe D’Entrevernes” publicou diversas análises de textos bíblicos, de acordo com os postulados da teoria semiótica francesa.

No Brasil, outros trabalhos se encontram em circulação. Karin Adriane Henschel Pobbe Ramos, professora da Unesp de Assis, por exemplo, analisou, por meio da teoria proposta por Algirdas Julien Greimas, “A prova de Abraão” em sua tese de doutorado.

Dessa maneira, o que aqui se pretende é acrescentar aos trabalhos já existentes, conquanto de forma bastante limitada, em razão do gênero utilizado, uma nova análise de excertos da Bíblia, livro de grande interesse para toda a humanidade, independentemente do credo.

A semiótica, ao contrário do que muitos postulam, não é uma teoria fechada, possuindo vários prismas pelos quais um texto pode ser abordado. Um deles é o percurso gerativo de sentido, consistente em uma sucessão de patamares, classificados em nível profundo, nível

de superfície e nível discursivo, cada qual contendo uma sintaxe e uma semântica.

Esse percurso tem o objetivo de simular a produção e a interpretação do conteúdo de um texto, manifestado por um plano de expressão qualquer, permitindo uma leitura mais eficaz, o que justifica a existência do presente artigo e a escolha da teoria.

Para tanto, inicialmente e de maneira sucinta, é apresentada a teoria de Algirdas Julien Greimas (o percurso gerativo de sentido); em segundo lugar, breves comentários de trechos da Bíblia, objetos desta investigação; e, por fim, a aplicação dos postulados da semiótica aos excertos escolhidos.

Trata-se, pela própria natureza do trabalho, de uma pesquisa bibliográfica, com a utilização do método dedutivo e apoiada nos textos, principalmente, de Jean Marie Floch, Denis Bertrand, José Luiz Fiorin e Diana Luz Pessoa de Barros, representantes de destaque da teoria semiótica no Brasil e no exterior. Por outro lado, optou-se pela utilização da tradução bíblica de João Ferreira de Almeida, edição revista e corrigida, de 1997.

POSTULADOS DA SEMIÓTICA GREIMASIANA

A semiótica é uma teoria que procura investigar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz. O texto, para a teoria desenvolvida, inicialmente, por Greimas, é, ao mesmo tempo, um objeto de significação, entendido como um todo de sentido, prisma pelo qual se destaca sua organização e sua estruturação, e um objeto de comunicação, estabelecido, pois, entre um destinador e um destinatário.

À análise que se faz do texto como objeto de significação, chama-se exame interno; a outra, isto é, como objeto de comunicação, chama-se exame externo. A esse respeito, explica Barros (1990, p. 7-8):

Os que se dedicam ao exame “interno” do texto e aqueles que se devotam à sua análise “externa” se recriminam e se criticam uns aos outros: os primeiros são acusados de reducionismo, de empobrecimento e de desconhecimento da história; os últimos, de subjetividade e de confundirem a análise do texto com outras análises. No entanto, o texto só existe quando concebido na dualidade que o define – objeto de significação e objeto de comunicação – e, dessa forma, o estudo do texto com vistas à construção de seu ou de seus sentidos só pode ser entrevisto como o exame tanto dos mecanismos internos quanto dos fatores contextuais ou sócio-históricos de fabricação do sentido.

Para desvendar os mecanismos básicos de produção de sentido, a semiótica concebe um percurso gerativo desdobrável em três níveis (fundamental, narrativo e discursivo), que vai do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto, podendo, cada qual deles, ser descrito e explicado por uma gramática autônoma.

Como preleciona Floch (2001, p. 15), é possível explicar o percurso gerativo como uma “representação dinâmica da produção de sentido; é a disposição ordenada das etapas sucessivas pelas quais passa a significação para se enriquecer e, de simples e abstrata, tornar-se complexa e concreta”.

O primeiro nível do percurso, o mais simples e abstrato, é denominado de fundamental e nele surge a significação como uma oposição semântica mínima, fundamentada em uma diferença e em um traço comum. Dos termos opostos, que mantêm, entre eles, uma relação de contrariedade, aplicada uma operação de negação, são obtidos dois termos contraditórios.

Daí surgem elementos qualificados como eufóricos e disfóricos, o primeiro marcado por um valor positivo e o segundo, por um valor negativo, valores inscritos no próprio texto.

A sintaxe do nível fundamental, por sua vez, compreende as opera-

ções de negação e asserção, marcadas na sucessividade da narrativa. Trata-se da afirmação de um estado inicial, a negação dele e a afirmação de um estado final, cuja sucessividade pode vir explicitada em um texto ou nele pressuposta.

Denominado de narrativo, o segundo nível apresenta dois tipos de enunciados, a saber, de estado e de fazer. Os de estado apresentam uma relação de conjunção ou disjunção entre um sujeito e um objeto, enquanto os de fazer são responsáveis pelas transformações ocorridas na narrativa.

De acordo com Floch (2001, p. 22):

A narratividade é o encadeamento ordenado das situações e das ações (dos estados e das transformações) que atravessa tanto as frases quanto os parágrafos, tanto os planos quanto as sequências; é a versão dinamizada e humanizada daquilo que se passa no nível profundo: as relações aí se tornam faltas ou perdas, aquisições ou ganhos; as transformações tornam-se performances; e os operadores dessas performances tornam-se sujeitos.

A maioria das narrativas, ou pelo menos as mais complexas, apresentam enunciados estruturados em uma sequência canônica, em que quatro fases são compreendidas: manipulação, competência, *performance* e sanção.

Na primeira, o manipulador age sobre o manipulado a fim de persuadi-lo a querer e/ou dever fazer algo. Quatro espécies de manipulação mais comuns são descritas por Fiorin (1999, p. 22):

Quando o manipulador propõe ao manipulado uma recompensa, ou seja, um objeto de valor positivo, com a finalidade de levá-lo a fazer alguma coisa, dá-se a tentação. Quando o manipulador faz fazer por meio de ameaças, ocorre uma intimidação. Se o manipulador leva a fazer manifestando um juízo positivo sobre a competência do manipulado, há uma sedução. Se ele impele à ação, exprimindo um juízo negativo a respeito da competência do manipulado, sucede uma provocação.

Na competência, o sujeito é dotado de um saber e/ou poder fazer para realizar a transformação da narrativa.

Já a *performance* consiste na transformação de um estado a outro, podendo, *verbi gratia*, o sujeito passar de um estado de disjunção com o objeto desejado para um estado de conjunção com ele.

Por fim, é na sanção que se reconhece a realização da *performance* e se premia ou se pune o sujeito.

Em síntese, Bertrand (2003, p. 295) explica:

[...] o contrato põe em relação o Destinador-manipulador e o sujeito; a competência põe em relação o sujeito e o objeto; a performance põe em relação o sujeito e o antissujeito em torno do objeto valor; a sanção, enfim, restabelece o contrato entre o sujeito e o Destinador, que desempenha agora um papel de julgador.

O encadeamento dos papéis narrativos para a formação de enunciados e a constituição a partir destes de sequências canônicas compõem a sintaxe narrativa. Por outro lado, os objetos modais – o querer, o dever, o saber e o poder fazer –, responsáveis pela realização da *performance*, e os objetos de valor, isto é, aqueles com que se entra em conjunção ou disjunção, compõem a semântica do nível narrativo. Nos dizeres de Fiorin (1999, p. 29), “o objeto modal é aquele necessário para se obter outro objeto. O objeto-valor é aquele cuja obtenção é o fim último de um sujeito”.

Os níveis profundos e de superfície – cada qual com uma sintaxe e uma semântica – resulta naquilo que se denomina de estrutura sêmio-narrativa.

Há, ainda, uma sintaxe do discurso, responsável pelo estudo das marcas da enunciação no enunciado, quando se examina os processos de actorialização, espacialização e temporalização; e, também, as

realizações entre enunciador e enunciatário, em que aquele objetiva realizar um fazer persuasivo e este um fazer interpretativo.

Os esquemas narrativos, abstratos, podem ser revestidos por temas e figuras, tornando-os concretos, cuja concretização se observa na semântica discursiva.

Como ensina Barros (1990, p. 68):

Os valores assumidos pelo sujeito da narrativa são, no nível do discurso, disseminados sob a forma de percursos temáticos e recebem investimentos figurativos. A disseminação dos temas e a figurativização deles são tarefas do sujeito da enunciação. Assim procedendo, o sujeito da enunciação assegura, graças aos percursos temáticos e figurativos, a coerência semântica do discurso e cria, com a concretização figurativa do conteúdo, efeitos de sentido, sobretudo de realidade.

E complementa Fiorin (1999, p. 64):

Podem-se revestir os esquemas narrativos abstratos com temas e produzir um discurso não figurativo ou podem-se, depois de recobrir os elementos narrativos com temas, concretizá-los ainda mais, revestindo-os com figuras. Assim, tematização e figurativização são dois níveis de concretização do sentido.

Quando se fala em figura tem-se a referência a elementos que possuem correspondente perceptível no mundo natural, existentes ou construídos. Já o tema possui natureza conceptual, tratando-se, pois, de um investimento semântico.

“Tematizar um discurso é formular os valores de modo abstrato e organizá-los em percursos. Em outras palavras, os percursos são construídos pela recorrência de traços semânticos ou semas, concebidos abstratamente” (BARROS, 1990, p. 68); enquanto “pelo procedimento de figurativização, figuras do conteúdo recobrem os percursos temáticos abstratos e atribuem-lhes traços de revestimento sensorial” (BARROS, 1990, p. 72).

Conquanto a semiótica, e até mesmo o percurso gerativo de sentido, seja muito mais complexa e rica, essa síntese é suficiente para se ter uma noção da teoria, sendo que outras considerações necessárias serão encontradas na última parte deste trabalho, com a aplicação de seus postulados ao *corpus* selecionado para análise.

BREVES ANOTAÇÕES SOBRE O CORPUS SELECIONADO

Denominada de Escrituras, Escritura Sagrada, Livros Sagrados, a Bíblia pode ser descrita como a coleção de escritos reconhecidos pela Igreja como inspirados ou a obra de um “divino autor”.

Consoante Harrington (1985, p. 10):

A palavra “Bíblia” veio até nós do grego através do latim. A expressão grega é *ta biblia* (“os livros”); no latim tardio, a palavra tomada por empréstimo *biblia* (plural neutro em grego) foi considerada como um substantivo latino, feminino, singular, significando “o livro”.

Por isso, entre os religiosos, a Bíblia é conhecida como o Livro.

As Escrituras possuem uma divisão básica: Antigo Testamento e Novo Testamento.

É no Antigo Testamento, mais precisamente no início do primeiro Livro de Moisés, ou seja, no início da própria Bíblia, que se encontra o *corpus* deste trabalho – da *criação do céu e da terra e de tudo o que neles se contém até a tentação de Eva e a queda do homem*.

A criação do céu e da terra e de tudo o que neles se contém:

Houve um tempo em que não havia nada. Deus, fazendo uso do Verbo, nos seis primeiros dias, criou o céu e a terra e tudo o que neles se contém. Assim, criou-se a luz e de sua separação fez-se o dia e a noite (primeiro dia); no segundo dia, com a expansão das águas e a separação entre águas e águas, Deus criou os céus; no terceiro, Deus

juntou as águas, chamando-as de mares, e à porção seca, chamou-a de terra, sobre ela determinando que se produzisse erva verde e árvore frutífera; no quarto, houve a criação de dois grandes luminares – para governar o dia e a noite – e das estrelas; no quinto, deu-se a criação dos seres viventes; e, no último dia, visto que o sétimo usou para seu descanso, Deus criou o homem à sua imagem e semelhança.

A formação do jardim do Éden:

Essas são as origens dos céus e da terra. Porém, nem toda planta e erva do campo havia brotado, pela falta de chuva e porque não havia homem para lavrar a terra. Por isso, Deus formou o homem do pó da terra e soprou em seu nariz o fôlego da vida, nele criando a alma vivente.

E Deus, assim, plantou um jardim no Éden, com toda árvore agradável à vista e boa para comida e um rio que se dividia em quatro braços (Pisom, Giom, Tigre e Eufrates); nele colocando o homem para lavrá-lo e para guardá-lo, ordenando-lhe que comesse de toda árvore do jardim, menos da árvore da ciência do bem e do mal, sob a pena de morte.

Como Deus criou a mulher:

Havendo Deus formado da terra todo animal do campo e toda ave dos céus, levou-os até Adão – nome que em hebraico quer dizer “barro” ou “pó”, conforme Franchini e Seganfredo (2008, p. 11) –, para este ver como lhes chamaria.

Adão deu nomes aos animais do campo e às aves dos céus, e, como ele se achava sem adjutora, Deus fez com que caísse em um sono profundo.

Adormecido Adão, Deus tomou uma de suas costelas e cerrou a carne em seu lugar. Da costela, formou uma mulher e levou-a até Adão, chamando-a de varoa, porque do varão foi tomada.

O homem e a mulher, os quais deveriam formar uma só carne, estavam nus e não se envergonhavam.

A tentação de Eva e a queda do homem:

A criação, finalmente, completara-se, quando a serpente, a mais astuta entre as alimárias do campo, perguntou à mulher o que disse Deus sobre as árvores do jardim. E a mulher respondeu à serpente: Do fruto das árvores do jardim comeremos, porém do fruto da árvore que está no meio do jardim, Deus alertou para sequer tocá-la, sob a pena de morte.

A serpente, então, disse à mulher: Certamente não morrerás. Deus sabe que no dia em que comer de seu fruto, seus olhos se abrirão e conhecerás do bem e do mal, tornando-se como ele.

Assim, a mulher, vendo que aquela árvore era boa para se comer, agradável aos olhos e desejável para dar entendimento, tomou de seu fruto e o comeu, dando-o, também, a seu marido, e ele comeu com ela.

Por isso, foram abertos os olhos de ambos, os quais, cientes de que estavam nus, coseram folhas de figueira e fizeram para si aventais, escondendo-se entre as árvores do jardim da presença de Deus.

Deus, todavia, descobriu *o pecado original*, ocasião em que Adão lhe disse ter comido do fruto porque sua companheira lhe deu; e a mulher disse dele ter comido, porquanto fora enganada pela serpente.

A serpente fora, então, condenada a andar sobre o seu ventre e a comer pó todos os dias de sua vida.

Os filhos de Adão e Eva, assim chamada porque era a mãe de todos os viventes, foram condenados a estar em contínua briga.

Já a mulher fora condenada a parir seus filhos em meio à dor e a ficar sempre submetida ao império do homem. Este, por sua vez,

fora condenado a comer o pão com o suor de seu rosto até se tornar pó novamente.

Sancionados Adão e Eva, Deus fez túnicas de peles e os vestiu, expulsando-os do jardim do Éden.

Essa é a breve narrativa do início do primeiro Livro de Moisés, com a devida substituição da linguagem bíblica e o destaque para as passagens mais interessantes, a qual será agora examinada de acordo com os postulados do percurso gerativo do sentido.

DA CRIAÇÃO À QUEDA DO HOMEM: ANÁLISE SEMIÓTICA

O primeiro nível do percurso, o mais simples e abstrato, é denominado de fundamental e nele surge a significação como uma oposição semântica mínima, fundamentada em uma diferença e em um traço comum. No caso em análise, a categoria do nível fundamental é /divindade/ *versus* /humanidade/. Os dois termos são, pois, contrários entre si, sendo que um pressupõe o outro e vice-versa para obter sentido.

Aplicada uma operação de negação a cada um deles, são obtidos os termos /não divindade/ e /não humanidade/, denominados de contraditórios, formando, assim, o quadrado semiótico – inspirado no quadro lógico de Aristóteles (Figura 1).

Consoante Floch (2001, p. 21), “o quadrado responde à exigência estrutural, saussuriana, de que na língua, ou no sistema de significação, por minimal que seja, só existem diferenças: os quatro termos são intersecções, resultados das relações”.

Existem casos em que os termos contrários ou subcontrários podem aparecer reunidos, criando termos complexos. Conquanto isso não ocorra neste trabalho, mas tendo em vista o tema abordado, é interessante lembrar que no universo cristão, a partir da oposição semântica

de base /divindade/ *versus* /humanidade/, são obtidos seres complexos como Cristo (divindade e humanidade) e seres neutros como os anjos (nem divindade nem humanidade) (FIORIN, 1999, p. 19).

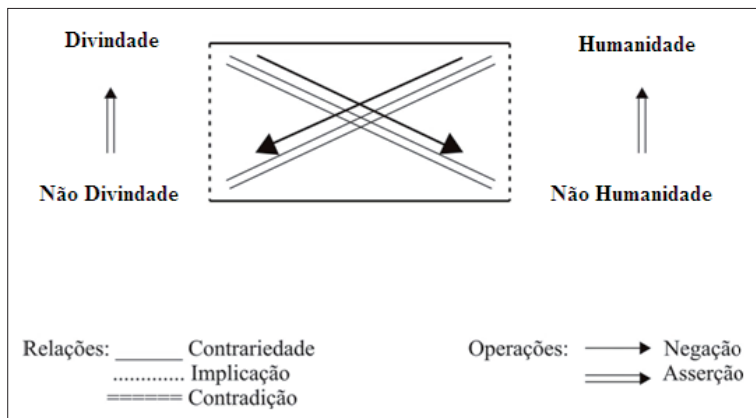


Figura 1 - Quadro semiótico.

Fonte: Os autores.

Aqui, considerando o *corpus* como um todo, o elemento /divindade/ recebe a qualificação de eufórico, enquanto o elemento /humanidade/, a qualificação de disfórico, ou seja, valores positivos e negativos, respectivamente. Trata-se de valores inscritos no próprio texto, não se confundindo com o sistema axiológico da sociedade.

Do ponto de vista da sintaxe do nível fundamental, observa-se que vários percursos e suas correspondentes operações de asserção e negação se encontram no texto. A mais interessante, todavia, é a afirmação de Adão e Eva como humanos, após serem criados e colocados no Éden, e a tentativa de negação da humanidade e a afirmação da divindade, ao comerem da árvore do conhecimento do bem e do mal, a fim de se tornarem igual ao Criador.

Dessa maneira, na narratividade destacada, há a afirmação de um estado inicial, uma transformação e um estado final, mas não como desejaram Adão e Eva.

Ora, ao comerem do fruto da árvore do conhecimento, eles desejavam sair da condição de humanos e passar à condição de divinos. O que houve, no entanto, foi uma transformação de um estado de pureza para um estado de pecado e de vergonha.

Essa transformação é estruturada em uma sequência canônica que compreende quatro fases: a manipulação, a competência, a *performance* e a sanção.

Na primeira fase, o manipulador, utilizando-se da tentação, da intimidação, da sedução, da provocação ou de outra forma qualquer, age sobre o manipulado com o escopo de persuadi-lo a querer e/ou dever fazer alguma coisa.

Nesse caso, Eva foi tentada pela serpente a comer o fruto da árvore do conhecimento do bem e do mal, mesmo ante a proibição de Deus, acreditando que seria recompensada a se tornar como ele¹.

Eva, assim, dotada de um poder fazer (objeto modal), persuadida pela serpente e vendo que aquela árvore era boa para se comer, tomou de seu fruto e, dando-o a Adão, também dotado de competência, ambos o comeram².

Nesse momento, há a *performance*, isto é, dá-se a transformação, Adão e Eva passam do estado de pureza para o estado de pecado e de vergonha³.

Realizada a transformação, na qual Adão e Eva entram em conjunção com o objeto - conhecimento do bem e do mal, disfórico no texto, pois é ele que faz com que sintam vergonha, entra-se na fase da sanção.

¹ Gênesis 3.4 e 3.5: Então a serpente disse à mulher: Certamente não morrereis/Porque Deus sabe que, no dia em que dele comerdes, se abrirão os vossos olhos, e sereis como Deus, sabendo o bem e o mal.

² Gênesis 3.6: E, vendo a mulher que aquela árvore era boa para se comer, e agradável aos olhos, e árvore desejável para dar entendimento, tomou do seu fruto, e comer, e deu também a seu marido, e ele comeu com ela.

³ Gênesis 3.7: Então foram abertos os olhos de ambos, e conheceram que estavam nus; e coseram folhas de figueira, e fizeram para si aventais.

Na sanção, há a constatação da *performance* e a distribuição de prêmios ou penas.

Ao criar o mundo, Deus e o homem contrataram no sentido de que este poderia comer de toda árvore do jardim, menos da árvore da ciência do bem e do mal, sob a pena de morte⁴. Com o rompimento do contrato, todavia, Deus assume o papel de julgador, sancionando o homem e a mulher.

A mulher fora condenada a parir seus filhos em meio à dor e a ficar sempre submetida ao império do homem. Este, por sua vez, fora condenado a comer o pão com o suor de seu rosto até se tornar pó novamente⁵.

E, se não bastasse, Deus vestiu o homem e sua mulher de túnicas de peles e os expulsou do jardim do Éden⁶.

Nesse contexto, é importante ressaltar que os esquemas são abstratos no nível narrativo. Portanto, as concretizações observadas se dão no patamar discursivo. Como ensina Fiorin (1999, p. 29), “no nível discursivo, as formas abstratas do nível narrativo são *revestidas* de termos que lhe dão concretude”.

Na análise realizada neste trabalho, observa-se que a religiosidade, caracterizada, mormente, pela figura de Deus, responsável por criar tudo o que na terra e nos céus contêm – inclusive o homem, possuindo o poder sobre o seu destino –, tematiza o nível narrativo, concretizando-o.

⁴ Gênesis 2.16 e 2.17: E ordenou o Senhor Deus ao homem, dizendo: De toda árvore do jardim comerás livremente/ Mas da árvore da ciência do bem e do mal, dela não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás.

⁵ Gênesis 3.16 e 3.19: E à mulher disse: Multiplicarei grandemente a tua dor e atua conceição; com dor terás filhas; e o teu desejo será para o teu marido, e ele te dominará/. No suor do teu rosto, comerás o teu pão, até que te tornes à terra; porque dela foste tomado; porquanto és pó, e em pó te tornarás.

⁶ Gênesis 3.23 e 3.24: O Senhor Deus, pois, o lançou fora do jardim do Éden, para lavar a terra, de que fora tomado/E, havendo lançado fora o homem, pôs querubins ao oriente do jardim do Éden e uma espada inflamada que andava ao redor, para guardar o caminho da árvore da vida.

É, portanto, pelo investimento semântico e pelo revestimento figurativo, que a Bíblia é considerada como o Livro pelos seus seguidores.

Deve-se notar que, retirando tal revestimento, o texto poderia tematizar a existência do homem, porém, de outra maneira.

A Bíblia conta a história de um Deus que, após formar o homem e deixá-lo no Éden, expulsa-o do jardim, para que coma do pão com o suor de seu rosto.

Sem essa concretização, pode-se conceber a narratividade e a criação do homem, por exemplo, como a própria gestação da mulher, substituta de Deus, que, após formar o filho no ventre, lugar de aconchego e substituto do Éden, expulsa-o (parto) para o mundo, para que ele coma do pão com o suor de seu rosto.

Dessa maneira e como já mencionado na parte teórica deste trabalho, é possível examinar um mesmo texto, por meio do percurso gerativo, de acordo com vários patamares. Aqui, iniciou-se pelo nível mais abstrato, com as oposições semânticas /divindade/ *versus* /humanidade/, categorias de base, para, passando pelo nível de superfície, chegar-se ao revestimento das formas abstratas (nível discursivo).

Com esse revestimento no nível discursivo, o mais próximo da manifestação textual, é possível analisar as marcas da enunciação no enunciado.

Por enunciação, entende-se o próprio ato de produção do discurso, instância pressuposta pelo enunciado.

De acordo com Barros (1990, p. 54):

[...] o sujeito da enunciação faz uma série de opções para projetar o discurso, tendo em vista os efeitos de sentido que deseja produzir. Estudar as projeções da enunciação é, por conseguinte, verificar quais são os procedimentos utilizados para constituir o discurso e quais os efeitos de sentido fabricados pelos mecanismos escolhidos.

Três procedimentos de discursivização são comumente examinados ao se estudar as marcas da enunciação no enunciado, sendo eles a actorialização, a espacialização e a temporalização, categorias de pessoa, espaço e tempo, que podem se projetar por debreagem ou embreagem.

Explicar em que consiste e qual a importância de cada um dos mecanismos, bem como examinar o *corpus* selecionado à luz deles daria um trabalho próprio. Algumas considerações, no entanto, merecem aqui ser trabalhadas.

A primeira delas trata da utilização de debreagens internas operadas pelo enunciador, o qual dá voz a Deus, Adão, Eva e à serpente.

As debreagens internas, segundo Fiorin (1999, p. 46), “[...] são responsáveis pela produção de simulacros de diálogos nos textos, pois estabelecem interlocutores, ao dar voz a atores já inscritos no discurso”.

No primeiro Livro de Moisés, desde a criação dos céus e da terra até a queda do homem, verifica-se a utilização de diversas debreagens de 2º grau (interna)⁷. A opção por esse mecanismo na construção do texto pode ser explicada porque a debreagem interna é responsável pela instauração do discurso direto e por um efeito de verdade.

Consoante Fiorin (1999, p. 46),

[...] a debreagem de 2º grau cria a unidade discursiva denominada discurso direto e cria um efeito de sentido de verdade. Com efeito, o discurso direto proporciona ao enunciatário a ilusão de estar ouvindo o outro, ou seja, suas ‘verdadeiras’ palavras.

⁷ Gênesis 1.3: E disse Deus: Haja luz./Gênesis 2.16 e 2.17: E ordenou o Senhor Deus ao homem, dizendo: De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore da ciência do bem e do mal, dela não comerás, porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás./Gênesis 3.4 e 3.5: Então a serpente disse à mulher: Certamente não morrereis. Porque Deus sabe que, no dia em que dele comerdes, se abrirão os vossos olhos, e sereis como Deus, sabendo o bem e o mal.

A escolha pelas debreagens internas, a toda evidência, não é aleatória, ainda mais considerando o escopo dos “escritos inspirados”.

Nesse contexto, entra-se em um segundo ponto que merece destaque, qual seja, a relação entre enunciador e enunciatário.

Sabe-se que enquanto o enunciador exerce um fazer persuasivo, ao enunciatário cabe um fazer interpretativo.

Na maioria das vezes, os efeitos de realidade são construídos por meio da semântica discursiva, com a utilização de ancoragens, isto é, com a utilização de datas, pessoas ou espaços conhecidos pelo receptor, que, atados ao discurso, faz com que ele os reconheça como “reais”.

O gênero reportagem, por exemplo, utiliza-se bastante das ancoragens para criar efeitos de verdade.

O texto bíblico, conquanto não da mesma maneira e com a mesma facilidade, sobretudo no primeiro Livro de Moisés, que conta o início de tudo, também se utiliza desses recursos.

Um bom exemplo é a utilização do espaço-jardim, o qual, embora remeta, textualmente, ao “Paraíso”, permite ao receptor que o reconheça como “real”.

Dessa maneira, a utilização de ancoragens e, sobretudo, de debreagens internas podem ser consideradas, neste trabalho, como os principais recursos persuasivos utilizados pelo enunciador em face do enunciatário.

Uma coisa é instaurar, *verbi gratia*, Deus no enunciado e dar voz a ele para criar o mundo, o homem e sua companheira, bem como colocá-los e expulsá-los do Éden – conquanto se saiba que sempre há uma instância pressuposta de enunciação; ou seja, um “eu que diz que Deus disse”, questão evidente para o conhecedor da semiótica,

mas talvez nem tanto para um leitor comum – enquanto outra é o enunciador apresentar essa narrativa.

Assim, ao se dar voz às pessoas do enunciado, cria-se uma ilusão discursiva e, conseqüentemente, os fatos narrados parecem verdadeiros, o que pode explicar o grande poder de convencimento existente no Livro e sua grande aceitação como “escrito verdadeiro”.

CONCLUSÃO

O presente trabalho se propôs ao exame de trechos da Bíblia – o início do primeiro Livro de Moisés (Gênesis), que narra da criação do mundo até a queda do homem – à luz da semiótica francesa (percurso gerativo de sentido).

Para tanto, em um primeiro momento, apresentaram-se os postulados da teoria concebida por Algirdas Julien Greimas seguindo-se à apresentação da narrativa bíblica, objeto selecionado para, enfim, examiná-la à luz da semiótica.

Com isso, procurou-se descrever e explicar o que o texto diz e como ele faz para dizer o que diz, finalidade primeira da semiótica.

Evidentemente, a leitura aqui realizada é apenas uma de muitas possíveis, mesmo porque, por uma questão de delimitação da pesquisa, foram privilegiados alguns aspectos do percurso e partes da narrativa entendidas como de maior relevância.

Ademais, impossível seria afirmar que a interpretação realizada neste trabalho é a melhor, porquanto o texto bíblico é, como se sabe, metafórico, o que possibilita diversos entendimentos e várias abordagens.

O que se espera, portanto, a partir da apresentação dos postulados da semiótica greimasiana e pela análise do texto aqui selecionado, é

mostrar o quanto a teoria é importante para a leitura e interpretação de sentidos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. F. *Bíblia sagrada*. Rio de Janeiro: Royal Bible, 1997.

BARROS, D. L. P. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 1990.

BERTRAND, D. *Caminhos da semiótica literária*. Bauru: EDUSC, 2003.

FIORIN, J. L. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1999.

FLOCH, J. M. *Alguns conceitos fundamentais em semiótica geral*. São Paulo: Centro de pesquisas sociosemióticas, 2001.

HARRINGTON, W. J. *Chave para a Bíblia*. São Paulo: Paulinas, 1985.

SEGANFREDO, C.; FRANCHINI, A. S. *As 100 melhores histórias da Bíblia*. Porto Alegre: L&PM, 2008.